

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.  
Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação  
de fonte conforme abaixo.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Barbosa Lima  
Sobrinho II (depoimento, 1987)*. Rio de Janeiro,  
CPDOC/CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO  
BRASIL, 2002. 32 p. dat.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre  
CPDOC/FGV e CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE  
NO BRASIL. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**BARBOSA LIMA SOBRINHO II  
(depoimento, 1987)**

## *Ficha Técnica*

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Elisa Maria de Oliveira Müller; Plínio de Abreu Ramos

levantamento de dados: Elisa Maria de Oliveira Müller; Plínio de Abreu Ramos

pesquisa e elaboração do roteiro: Elisa Maria de Oliveira Müller; Plínio de Abreu Ramos

sumário: Elisa Maria de Oliveira Müller

conferência da transcrição: Elisa Maria de Oliveira Müller; Plínio de Abreu Ramos

copidesque: Lenice Araújo de Oliveira

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 24/07/1987 a 14/08/1987

duração: 2h

fitas cassete: 02

páginas: 32

Entrevista realizada no contexto do projeto "Memória do setor de energia elétrica: fase pré-operacional da Eletrobrás (1953 a 1962)", na vigência do convênio entre o CPDOC/FGV e o Centro de Memória da Eletricidade no Brasil (1987-1988), tendo como principal resultado a publicação "Programa de história oral da Memória da Eletricidade: catálogo de depoimentos" (Rio de Janeiro, Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1990).

A escolha do entrevistado justificou-se pelo fato de ter tido destacada atuação como parlamentar no processo de criação da Eletrobrás.

temas: Barbosa Lima Sobrinho, Código de Águas, Empresas Privadas, Empresas Públicas, Energia Elétrica, Light Serviços de Eletricidade

## Sumário

1ª Entrevista: 24.07.1987

CPI sobre os contratos da *Light*; carreira política do entrevistado; Alfredo Valadão e o Anteprojeto do Código de Águas de 1907; cláusula-ouro; *Light*; Américo de Oliveira e a questão tarifária; a *Electric Bond and Share Company* – *EBASCO*; Eduardo Guinle; comentários sobre os efeitos do Código de Águas sobre a oferta de energia elétrica do país; as empresas de eletricidade municipais; Companhia Hidrelétrica do São Francisco – *CHESF*; o envolvimento de Eugenio Gudín com a *Bond and Share*; Centrais Elétricas de Minas Gerais – *CEMIG*; a Comissão Estadual de Energia Elétrica – *CEEE*; a Semana de Debates de Energia elétrica promovida pelo Instituto de Engenharia de São Paulo (1956); Fundo Federal de Eletrificação – *FFE*; usina do Salto; o racionamento de energia elétrica na década de 1950; as origens da convicção nacionalista do entrevistado: as experiências do Instituto do Açúcar e do Alcool – *IAA* e do Instituto de Resseguros do Brasil - *IRB*; a ação do entrevistado na Procuradoria do Estado da Guanabara.

2ª Entrevista: 14.08.1987

O clima político por ocasião da encampação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense; *CHESF*; *The Pernambuco Tramways & Power Co. Ltda.*; *Light*; ação na Procuradoria da Prefeitura da Guanabara, Antonio Gallotti; *American and Foreign Power Company* – *AMFORP*; o envolvimento de Roberto Campos com a venda da *Light*; Jânio Quadros e os vetos ao projeto original da Eletrobrás; Eletrobrás; Frente Parlamentar Nacionalista; Lei de Remessa de Lucros; *FFE*; Semana da Debates de Energia Elétrica, Instituto de Engenharia, São Paulo, 1956; Lucas Lopes e a criação da *CEMIG*; Marcondes Ferraz e a construção da usina de Paulo Afonso, *BRASCAN*; Eduardo Guinle.

*1ª Entrevista: 24.07.1987*

E.M. – Dr. Barbosa, eu gostaria de começar a nossa entrevista trabalhando com o seguinte tema: nos anos de 1946 e 48 o senhor foi deputado federal. Nessa época, precisamente em agosto de 46, o general Juarez Távora propõe uma CPI à Câmara para discutir a *Light*; e uma das principais questões dessa CPI era em relação ao não cumprimento por parte da *Light* do Código de Águas. O senhor tem alguma lembrança sobre esse evento?

B.S. – Não...

E.M. O senhor chegou a tomar conhecimento desta CPI?

B.S. – Não. Nessa ocasião, aliás, eu estava envolvido em outras questões. Porque a vida da gente se distribui realmente por etapas, determinados assuntos, em certos momentos, envolvem a gente totalmente. Eu estava, como representante de Pernambuco, envolvido na questão da candidatura que tinham levantado ao governo do estado, de modo que, durante este período, eu não tinha um contato maior com os problemas da *Light*. E tive, depois de eleito governador, que passar todo o ano de 47 no Tribunal Eleitoral, discutindo temas eleitorais. Tinha até um volume meu, *Questões de direito eleitoral*, que era exatamente o debate em torno do diploma que eu tinha conquistado em Pernambuco. Porque a Lei eleitoral tinha um defeito: permitia que as nulidades de pleno direito pudessem ser alegadas a qualquer momento. De modo que, depois de verificado o resultado do pleito, numa sessão em que determinado partido tinha perdido o pleito, ele tinha possibilidade de procurar nas atas se havia algum defeito para impugnar aquela ata, deduzi-la exatamente da votação do competidor.

E.M. – Na realidade o nosso interesse seria discutir a sua opinião sobre o Código de Águas. Porque a nós chama atenção o fato de que o primeiro projeto do Código de Águas – como lemos no seu prefácio do livro do dr. Catulo Branco – foi feito ainda em 1907 por Alfredo Valadão. E o senhor chama atenção ao fato de que esse projeto só teria recebido um corpo final em 1934. Então, na sua visão o que aconteceu com esse projeto, na realidade, quais foram as forças que inviabilizaram o projeto do Código de Águas?

B.S.- Eu conheci Alfredo Valadão e tenho as obras dele. Alfredo Valadão é um homem de uma honradez extraordinária e um homem muito bem informado sobre esses problemas. Como havia também essa hora um grupo do Anhaia Melo de São Paulo, que foi um dos inspiradores desse movimento em torno da defesa dos interesses do Brasil. Eu, aliás, no prefácio do livro do Catulo, eu aludo exatamente a esses antecedentes e a presença dessas grandes figuras que orientaram, a partir daí propriamente, o direito do Brasil, não é? O Valadão foi um dos outros autores, dentro dessa orientação, com o Anhaia Melo também de São Paulo.

Eu acho que o Código de Águas que ele elaborou é um documento que honra o Brasil a qualquer momento. O Brasil poderá se orgulhar de ter um Código de Águas elaborado com tanta inteligência como foi o Código de Águas do Brasil. Em grande parte, eles se orientaram também pelo direito americano, porque as *public utilities* dos Estados Unidos tinham uma disciplina severa, e eles procuraram se valer dessa disciplina severa, que procurava controlar não só os investimentos, como também a remuneração dos investimentos; porque não é justo também que um investimento determinado tivesse uma compensação muito maior do que aquela que era devida dentro das regras comerciais normais. É o tal custo do serviço, custo histórico. Todas essas questões entraram em debate nessa ocasião.

Depois se levantou contra o Código de Águas uma campanha tenaz, severíssima, uma campanha de interessados, uma campanha da *Light...*, mas com argumentos falsos. Também isso eu demonstro naquele prefácio, do Catulo Branco, porque eu mostro que, no Código de Águas, nunca houve em relação à *Light* aplicação de custo histórico. E ela se queixava do custo histórico que não levava em conta não só os investimentos, como a própria inflação que alterava o valor desses investimentos, sobretudo através da taxa do câmbio, não é? E isso era falso, o que de fato alterou a aplicação foi a Lei Osvaldo Aranha sobre o valor dos investimentos estrangeiros, porque ela não permitia mais pagamento em ouro e havia, antes do contrato da *Light*, um dispositivo pelo qual as tarifas eram baseadas numa relação cambial que favoreceu sempre à *Light*. De modo que foi isso que alterou e tirou uma parte dos lucros, mas não tirou todos, porque durante todo o tempo a *Light* tinha grupos de pressão que faziam com que suas tarifas fossem sempre alteradas de acordo com a depreciação que se verificava na própria moeda. Este é o outro ponto que eles também procuravam sonegar, mas não era verdade – as tarifas foram sempre alteradas.

P.R. – Esse decreto é de 1933, não é?

B.S. – Eu não tenho a data exata..., mas está no prefácio...

P.R. – Parece que é de setembro de 33.

B.S. – É?...

P.R. – Em que o governo proibia que as remessas fossem feitas através do padrão cambial ouro, não era isso?

B.S. – Sobretudo, não permitia que houvesse uma tarifa baseada numa relação de câmbio. Tinham que mudar inteiramente, não podiam mais se evoluir de acordo com a... Mas a *Light* substituiu esse prejuízo aparente com o fato de ter tido aumento consecutivos, muitos deles baseados na própria relação de câmbio.

P.R. – E esse decreto nessa época trouxe algum confronto entre o governo e algum país estrangeiro, ou a *Light* criou problemas internos?

B.S. – Nesse ponto eu... não sei...

P.R. – Não, não é?

B.S. – Porque eu começo apenas o texto do decreto do Osvaldo Aranha. Não sei... Seria interessante, se se pudesse levar também este debate para os que acompanhavam o caso no Ministério da Fazenda. Eu não sei se existe alguém, porque muita gente no Brasil não se interessa por estes problemas, não.

P.R. – Nós observamos aqui, por exemplo, que durante a República Velha, quer dizer até 1930, havia uma dispersão da legislação. Toda tentativa feita pelo governo federal no sentido de harmonizar, de uniformizar a política de exploração da indústria energética, era paralisada no Congresso ou era inviabilizada por um processo qualquer. O senhor acredita que havia da parte das empresas estrangeiras interesse em negociar prioritariamente com estados em vez de com a União?

B.S. - O problema foi o Américo de Oliveira. Eu acho que ele deve estar na relação dos que devem dar depoimento sobre esta matéria. Porque tanto no *Observador Econômico*, como numa revista que é econômica também... e, se eu não me engano, na revista de *Águas e Energia*, tem trabalhos dele, elucidando muito bem este problema e acompanhando de perto. Eu me baseei, aliás, muito nele, nas conclusões a que cheguei. Porque os depoimentos dele eram os mais dignos e os mais exatos possíveis, verificados, de um homem que estava realmente dentro do problema.

P.R. - Não parece, por exemplo, que a uniformização da política energética tenha sido invalidada pela rigidez federalista da Constituição de 91?

B.S. - Eu creio que ela era invalidada sobretudo por esse grupo de pressão da *Light*, que conseguia nos ministérios sempre concessões que iludissem os termos rigorosos do próprio Código de Águas.

P.R. - Porque, na verdade, cada estado tinha uma orientação especial, uma conduta específica com relação a essa política, não é? Já lemos, em vários trabalhos, que por volta de 1928, 1929, o Antônio Carlos vendeu para a *Bond and Share* a Companhia de Força e Luz de Belo Horizonte para poder conseguir dinheiro para financiar a Revolução de 30. A impressão que se tem é que as companhias estrangeiras tinham mais facilidade em negociar parceladamente com os estados...

B.S. - É...

P.R. - E obter concessões, do que ter que enfrentar uma concessão... ter que enfrentar um poder único, que seria o governo federal.

B.S. - É. De fato, parece até que foi em Belo Horizonte que se verificou que determinada turbina que tinha vindo de Cuba foi adquirida como se fosse nova na *Bond and Share*...[Risos] na *Bond and Share* de lá. Esses eram fatos que se verificavam também normalmente, ninguém controlava. Não culpo os engenheiros porque os engenheiros também tinham um problema, eles tinham medo de tomar uma atitude que as autoridades superiores combatessem.

P.R. - Exatamente.

B.S. - De modo que a fiscalização falhava pela base, pela falta de apoio na estrutura superior. Aí é que falhava tudo, e...

E.M. - Dr. Barbosa, eu gostaria de indagar sobre algumas observações que o senhor já fez há algum tempo. Primeiro, eu gostaria que o senhor deixasse registro de quem foi o senhor Anhaia Melo e qual foi a importância dele, no sentido de elucidar algumas questões relativas ao setor de energia elétrica. Está bem? E, depois, os grupos que o senhor falou que havia, grupos de interesse, que ajudavam a *Light* a não cumprir o Código de Águas, ou a encontrar formas de burlar o Código. Eu queria que o senhor repassasse esses dois pontos, antes de prosseguirmos.

B.S. - O Anhaia Melo foi uma figura realmente fundamental com os trabalhos dele. Não sei se conhece os trabalhos dele? Eu tenho, aliás, livros publicados por ele e fundados quase todos exatamente nisso: procurando transportar para o Brasil as regras fundamentais das *public utilities* americanas. Os trabalhos dele são uma coisa curiosa por mostrar como os Estados Unidos se defendiam através de comissões especiais que controlavam propriamente as atividades destas *public utilities*; o que no Brasil não existia, porque a fiscalização não funcionava. Mas lá, eles eram rigorosos, tinham um poder enorme no âmbito da escrita das próprias empresas, sobretudo para verificar os investimentos. Porque, não raro, eles se encontravam com investimentos majorados, superfaturados, isso nos livros americanos que tratam da matéria. Na ocasião, eu estava ao corrente exatamente dessa bibliografia americana, eles acentuavam muito porque o número era considerado superfaturamento realmente, e a margem que eles conseguiam através desta falsificação dos preços das mercadorias, que funcionavam nos investimentos deles próprios. Porque esse superfaturamento servia para a fixação da tarifa; também aí, eles tinham o escrúpulo de verificar rigorosamente os investimentos, eles queriam ajustar as tarifas a serem apenas uma compensação justa para os investimentos realizados, o que no Brasil nunca se fez.

E.M. - Agora, dr. Barbosa, no seu prefácio o senhor diz que se o Código de Águas não tivesse uma vigência para as grandes empresas estrangeiras, para a *Light* e a AMFORP, ele teria prejudicado algumas empresas nacionais. Isso é verdade?

B.S. - Bom, na fundação da própria *Light*, a *Light* teve que competir com um grupo da família Guinle, Eduardo Guinle, por isso é que eu insisto muito, também, em que no inquérito a respeito disso não se deixe de incluir o artigo que o Eduardo Guinle publicou no *Jornal do Comércio* com esse título: "Os negócios da China da *Light*". É um artigo admirável, em que ele trata de vários desses problemas, desses aspectos, e não é difícil de encontrar esse artigo, porque...

E.M. - Saiu em um *Caderno de Opinião* também.

B.S. - Porque está no *Caderno de Opinião* e sobretudo está num livro publicado pela Procuradoria Geral por iniciativa do José Góis - que foi um dos procuradores da prefeitura -, num livro que se intitula *Abusos do poder econômico*. Ele transcreve esse artigo publicado pelo Eduardo Guinle, ele dá realmente esses antecedentes e mostra que já naquela ocasião houve grupos de pressão forçando a entrega das concessões a uma companhia que depois os transferiu à *Light*.

P.R. - O senhor disse também, no prefácio livro do Catulo, que antes da vigência do Código de Águas, o crescimento anual da rede de produção energética do Brasil variava na ordem de 28 mil quilowatts por ano, e que depois da entrada em vigor do código, ela teve uma expansão de quase 400%, quer dizer, passou a ser 129 mil quilowatts por ano. O senhor vê uma interferência direta da política do Código como fator de propulsão dessa expansão?

B.S. - É, não só, como também a exigência da própria população, porque a utilização da eletricidade foi crescendo, de modo que a pressão continuou a se fazer de maneira mais viva para uma produção maior de energia elétrica.

P.R. - Mas isso interferindo inclusive nas pequenas concessionárias das prefeituras municipais, por exemplo?

B.S. - Também interferindo nas pequenas concessionárias, porque todos os municípios tinham no seu programa esta idéia: instalar energia elétrica para ter iluminação através da eletricidade. Porque era um benefício de tal ordem para as populações locais, que houve um clamor muito maior para a produção de energia. E à medida que se ia expandindo o conhecimento do uso das aplicações da energia elétrica, essa questão crescia, avultava cada vez mais. De modo que isso não deixou de ser realmente um empenho muito grande, como posteriormente houve um empenho para o aumento da produção de eletricidade para atender às indústrias. Também aí, depois, começaram a surgir indústrias que exigiam a produção de energia elétrica, para evitar exatamente que um capital qualquer que se destinasse à indústria tivesse que se acrescentar ainda à despesa necessária para se ter um motor próprio. Eu encontrei Pernambuco, por exemplo, já nessa situação, porque a empresa de energia elétrica de lá era deficiente, e as fábricas de lá tinham um setor de produção de energia elétrica. O *Othon*, por exemplo, na fabricação de tecidos tinha sua instalação própria. Eu acho que também a Paulista tinha também sua instalação própria. De modo que era uma coisa que onerava



muito e exigia que houvesse um capital muito maior para se poder ter os dois destinos. Quer dizer, de uma indústria determinada acrescentava a mais a produção de energia elétrica.

E.M. - Já que o senhor fez a referência à situação energética de Pernambuco, eu gostaria de fazer uma indagação: se, no caso, o Código de Águas era ou não a razão da crise energética? O senhor está colocando que à medida que o processo industrializante brasileiro ia se fazendo presente, esse processo e a mudança do padrão de industrialização iam gerando uma necessidade maior de consumo de energia elétrica pela própria mudança do padrão de industrialização, onde vão ser introduzidos, pouco a pouco, os bens de consumo duráveis; enfim, a demanda da urbanização vai se fazendo maior e naturalmente o consumo de energia elétrica vai ficar acima da oferta. As empresas estrangeiras, conforme o senhor colocou em seus trabalhos, não investiam e diziam que não podiam investir porque não podiam reajustar as tarifas condizentes com o volume de investimentos que teriam que fazer. Então, na realidade, existia uma crise energética que se revelava no cotidiano das cidades, através da prática do racionamento. Eu gostaria de ouvi-lo em relação a isso, para dar uma conclusão se o Código de Águas era ou não o principal responsável pela crise energética. E de que forma um não-investimento das empresas repercutia no cotidiano das cidades e no cotidiano da vida industrial brasileira?

B.S. - Bem, quando eu fui candidato, e na campanha de 47, nós já tínhamos esse problema em Pernambuco. Pernambuco vivia em racionamento, sobretudo para indústrias, e era uma dificuldade muito grande obter energia elétrica para qualquer nova operação; praticamente não se obtinha. Mas como estávamos empenhados no programa da Paulo Afonso, e o Apolônio Sales era meu companheiro de luta, inclusive candidato a senador na chapa em que eu era candidato a presidente<sup>1</sup>, nós fizemos vários comícios exatamente instituindo na instalação de Paulo Afonso, que não era aceita geralmente, nem aplaudida geralmente...

E.M. - Eu imagino.

B.S. - Como todos sabem, havia várias correntes, inclusive o Eugênio Gudín, que se batia contra Paulo Afonso, porque ele dizia que era uma obra supérflua, porque, instalada, Paulo Afonso ia produzir um volume de energia elétrica que não teria consumidores. Era uma tese que ele sustentava, que nós combatíamos, veementemente, insistindo junto ao governo federal. De modo que não era conveniente, na ocasião, nem mesmo lutar para que houvesse novos investimentos de outras fontes de energia elétrica, porque isso enfraqueceria o combate que se estava fazendo a favor da instalação de Paulo Afonso. Nós realizamos comícios inteiros lá, mostrando o que seria Paulo Afonso, para Pernambuco e para o Nordeste em geral. E aí está a prova: aquela energia que se reduzia a poucas centenas de quilowatts foi consumida rapidamente. Hoje a fábrica, a usina produz talvez quatro ou cinco vezes mais do que produzia antigamente, e o consumo não atende a todas as necessidades. Uma coisa curiosa que surgiu com a

---

<sup>1</sup> O depoente não foi candidato a presidente. Foi candidato a governador de Pernambuco nas eleições de 19 de janeiro de 1947.

energia elétrica é que quando ela se instala é como se se multiplicassem as necessidades de energia elétrica. Basta falar nela e os pleitos se manifestam logo de uma maneira enérgica, não é? E nós fizemos a campanha toda nesse sentido, de apoio a Paulo Afonso para enfrentar as resistências que havia nos economistas em geral, economistas influentes como era o Eugênio Gudin. Eugênio Gudin, inclusive, um homem que sempre viveu às custas da *Bond and Share*. Ele foi um dos diretores da *Bond and Share*, de modo que a idéia dele...

E.M. - Da *Great Western* também?

B.S. - Também. Da *Great Western* também. Primeiro ele foi da *Great Western*, depois ele passou para *Bond and Share* e na *Great Western* teve, aliás, um episódio com ele que eu achei muito interessante: porque ele gostava de ter uma parte também de esporte e conseguiu que um vagão da *Great Western* fosse instalado na praia de Olinda para servir de banheiro. Por que naquela época ninguém saía de casa vestido para tomar banho, tinha um banheiro na praia, em que se mudava a roupa [risos]; era uma coisa curiosa. Ele tinha esse vagão que ele instalou na praia do Farol em Olinda, e... veio, muito tempo depois, a censurar os postos da Eletrobrás na praia de Botafogo por serem antiestéticos.<sup>2</sup> [risos] E quando comparávamos a estética dos postos de lá com a estética do vagão da *Great Western*, dávamos até risada de ver como evoluíra, não é? [risos]

P.R. - Quando a CHESF, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco, estava sendo planejada, evidentemente que ela contou com a oposição decidida da *Bond and Share* porque ela ia operar na região controlada pela *Bond and Share*. Mas qual foi, por exemplo, a posição adotada de um modo geral pela indústria de Pernambuco? Porque nessa época o senhor era governador.

B.S. - Lá, todos defendiam necessariamente a instalação da usina de Paulo Afonso, e embora tivesse havido um episódio curioso, porque quando eu estava discutindo o problema com o Apolônio, e debatendo e manifestando o interesse crescente que nós tínhamos pela instalação de Paulo Afonso, o meu competidor, que aliás era muito meu amigo...

P.R. - Neto Campelo.

B.S. - Neto Campelo... Ele tinha saído do meu partido, no qual aliás ele havia sido incluído na comissão diretora por meu esforço pessoal, mas, sabe o que são interesses políticos, ele foi desviado e passou então a ser exatamente o candidato oposto à minha candidatura. E nessa ocasião ele me criticava, porque ele achava que esse assunto da *Great Western*<sup>3</sup> era um assunto federal, de modo que o governo do estado não tinha a maior intervenção no caso, como se essa intervenção do pleito, da propaganda, do esforço, não fosse também uma cooperação útil e necessária...

<sup>2</sup> Os postos são da Petrobrás, não da Eletrobrás.

<sup>3</sup> O entrevistado na verdade refere-se a Paulo Afonso.

P.R. - Paulo Afonso, não é?

B.S. - Paulo Afonso. Então nessa ocasião ele dizia que achava que como governador do estado, e dentro do programa dele, ele iria resolver os problemas que estivessem na esfera do próprio estado. Sabe? Ele disse: "O trivial". Eu, aliás, tive a oportunidade, quando jornalistas me procuraram, de dizer: "Bom, se a alçada do governo do estado fosse resolver realmente a solução do trivial, bastava uma cozinheira". [risos]

P.R. - Essa questão da construção da hidrelétrica do São Francisco é uma coisa muito interessante, porque no CPDOC temos uma entrevista gravada do Manuel Novais, onde ele atribui a construção da usina à interferência dele. Mais recentemente, dentro de um projeto da Petrobrás - igual a este que estamos fazendo aqui com relação à Eletrobrás - o Drault Ernani diz que teve grande participação nisso o embaixador americano Adolfo Berle, que era favorável à construção da usina. A mim parece que isso não tem muita relação, dr. Barbosa. O senhor está a par, mais ou menos, da forma como se desenvolveu junto ao governo federal a viabilidade da construção da usina de Paulo Afonso?

B.S. - Eu sempre acreditei que teve uma grande influência nisso do Apolônio Sales. O Apolônio Sales foi ministro da Agricultura nesse tempo, trabalhou muito junto do Dutra, ele tinha uma verdadeira fascinação pela realização de Paulo Afonso. E eu acho que um ministro de Estado teria um acesso considerável junto ao Getúlio, é outra coisa que se pode atribuir em grande parte à interferência do Getúlio...

P.R. - Aliás, o decreto foi assinado no dia da deposição dele, 29 de outubro de 45.

B.S. - Pois é. Mas para ver como, de fato, ele estava também empenhado e rendido a esta coisa. Agora depois dessa fase a política de Pernambuco e a política daqueles outros estados se fizeram sentir, no sentido de conseguir realmente a realização da usina de Paulo Afonso. De modo que é possível que o embaixador americano - e ele talvez tivesse uma visão maior do que o Gudin nesse caso[risos], não é? também tivesse cooperado. Nesse ponto eu não tenho informação. Agora, ele era um homem inteligente, o Berle.

[FINAL DA FITA 1-A]

B.S. - Agora, as forças políticas agiram sempre no sentido de defender a construção de Paulo Afonso.

E.M. - Mas, dr. Barbosa, em relação a essas forças políticas eu gostaria de colocar a seguinte questão: se havia uma crise de energia elétrica e se o senhor disse que essa crise também era ditada pelo aumento da demanda dos setores industriais, e uma vez

que Rio e São Paulo nessa época tinham um desenvolvimento industrial que ia à frente do Nordeste, então como é que foi essa questão? Na realidade a primeira empresa energética do governo federal surge no Nordeste, e eu faço a seguinte pergunta: será que a *Light* e a AMFORP teriam deixado uma construção exatamente na região Sudeste, será que teria condição, viabilidade política, de acontecer isso?

B.S. - Nessa ocasião houve um florescimento de pedidos de instalações no Brasil e o poder público passou a intervir. A CEMIG em Minas Gerais é uma demonstração disso, com várias usinas que ela procurou promover. O Rio Grande do Sul tinha tomado a frente de tudo isso, com um programa admirável do Noé de Freitas; começou no tempo de Válder Jobim, mas o Brizola teve depois uma intervenção decisiva nessa fase de... exatamente de desenvolvimento de energia elétrica no Rio Grande do Sul. Quer dizer, todos sentiam que não podiam cruzar os braços à espera do socorro estrangeiro, porque o socorro estrangeiro ficava sempre numa demanda de tarifas, muitas vezes tarifas excessivas, tarifas que não eram recomendadas nem pelos próprios investimentos realizados. De modo que o Brasil acordou em vários locais para a realização de obras dessa natureza e a *Light* tanto não recuou que ela fez um esforço...

Nós, outro dia, até conversamos sobre isso na Semana de Energia Elétrica, que se realizou em São Paulo, que foi um pleito da *Light* e também um pouco da *Bond and Share*, para que a receita do Fundo de Eletrificação se destinasse também às empresas estrangeiras. Eles fizeram um esforço grande, tanto que retardaram a criação da ELETROBRÁS. Uma coisa curiosa... A ELETROBRÁS tinha sido projetada e apresentada pelo Getúlio, na própria mensagem de 54, as duas foram juntas para o Poder Legislativo. Entretanto o... Poder Legislativo decidiu imediatamente a criação da taxa de eletrificação e pôs de lado a criação da ELETROBRÁS. Tanto que a ELETROBRÁS só veio a ser criada já no tempo do Jânio, sete anos depois. E foi instalada pelo João Goulart. Bem, agora esse período todo foi consumido pelo esforço dessas companhias estrangeiras que queriam exatamente ver se a receita do Fundo de Eletrificação se destinava às companhias estrangeiras que já estavam à frente do setor de eletricidade. Tanto que... era uma coisa curiosa que, naquele tempo, havia quem exaltasse muito a cooperação da *Light*, conta-se até que o próprio Castelo Branco - num momento em que recebia um americano que vinha aí representando aquele desarmamento moral -, ele teria recebido o americano e o americano estava entusiasmado com o progresso industrial de São Paulo e ele disse: "O senhor sabe, nós devemos tudo isso à *Light*". [risos] Sabia disso?

P.R. - Sabia.

B.S. - Eu procurei apurar depois essa confissão, não sei se os jornais da época tinham registrado, mas não encontrei, não sei como a gente podia chegar à verificação disso, mas me parece que é uma realidade, "devia-se tudo à *Light*". A *Light* é que exatamente... O Catulo Branco apresentava como sendo o contrário disso, não é? Uma resistência ao progresso industrial do Brasil.

P.R. - O senhor não acha, dr. Barbosa, que há uma certa ambivalência da parte do governo Dutra, porque ao mesmo tempo em que ele incentivava a criação da hidrelétrica

do Vale do São Francisco no Nordeste, atendendo a uma necessidade que era realmente vital ele não tomava nenhuma iniciativa no sentido de aumentar o potencial energético do Vale do Paraíba, que entrava numa fase já aguda de racionamento, afetando exatamente a produção industrial de uma região estratégica, que é o eixo Rio-São Paulo.

B.S. - Talvez houvesse alguma irresolução, mas também havia um trabalho exatamente no sentido contrário à criação dessa usina. Aliás, aí no prefácio, eu aludo à questão daquela usina aqui do Paraíba e saliento a ação do Carlos Lacerda, que teve uma ação muito brilhante na defesa daquelas empresas quando ele teve oportunidade de dizer a esses advogados da *Light* que era uma coisa de mão dupla, não é? Eles defendiam só um lado do problema, mas não viam o outro, que era a necessidade realmente da criação da energia elétrica. Eu Cheguei até a escrever numa revista, não sei se na *Civilização Brasileira*, um trabalho sobre essa usina do Vale do Paraíba. Mas não sei nem se tenho guardado esse trabalho, mas eu estudei um pouco isso e me pareceu que foi realmente um ponto da demonstração de como essas forças estranhas interferiam no processo de desenvolvimento brasileiro.

P.R. - Essa usina do Vale do Paraíba não é uma que a *Light*, para custeá-la, havia solicitado um, empréstimo de noventa milhões de dólares?...

B.S. - A usina de Salto, não é?

P.R. - A usina de Salto, esta foi anterior, foi no tempo do Estado novo ainda, não foi? Para fornecer energia à Central do Brasil, foi isso?

B.S. - Para fornecer energia à Central do Brasil, e eles se opunham a essa usina, não sei com que argumento. Eu analiso isso nesse artigo.

P.R. - É, porque a *Light* queria fornecer.

B.S. - Engraçado é que quando se veio depois a voltar a esse assunto, se verificou que o custo total da usina tinha sido... pouca coisa diante do pagamento de energia elétrica à *Light*.

P.R. - Perfeito.

B.S. - Quer dizer o pagamento da energia da *Light* excedia de muito o total dos investimentos necessários à construção dessa usina. Para ver que insensatez que havia exatamente nessa resistência.

P.R. - Exato. Mas no tempo do governo Dutra, por volta de 48, quando estava se acentuando o problema do racionamento aqui na região Centro-Sul, a *Light* parece que

foi coagida pelo governo federal a construir a usina de Peixotos, e ela alegava que para construir a usina de Peixotos, ela precisava de um empréstimo externo, que naquela época era de noventa milhões de dólares, e que esse empréstimo só seria concedido com o aval do governo federal. E o governo federal estava disposto a dar, ou deu, não lembro bem, mas eu sei que houve uma... revolta no Congresso muito grande, o fato foi muito denunciado; eu não sei se o senhor está lembrado desse fato?

B.S. - Mas acabaram dando o empréstimo.

P.R. - Acabaram dando, não é?

B.S. - Acabaram dando o aval também. E aí apesar das emendas que se apresentaram, não sei se do Hermes de Lima ou de outros, porque eles queriam que esse empréstimo se transformasse em ações do governo federal dentro da *Light*. Porque, afinal de contas, era um empréstimo que vinha do estrangeiro com o aval do governo federal, o governo federal tinha que aumentar a tarifa para o pagamento desse empréstimo e por que não transformá-lo desde logo em ações da *Light*? Foi um verdadeiro crime que se fez, dando aval a um empréstimo que ia aumentar o capital da *Light* e conseqüentemente criar para o governo do Brasil... apesar do aval, o direito de indenizar, através da tarifa, esse empréstimo que se obtinha para a *Light*. Foi uma das coisas, realmente, menos defensáveis do governo brasileiro, foi a concessão desse aval sem nenhuma compensação.

P.R. - Mas convertendo em ações do governo federal, na verdade, então, o governo federal é que ia pagar esse empréstimo.

B.S. - Ia pagar, é... Ia pagar o empréstimo através das tarifas também. Quer dizer, o povo do Brasil é que ia pagar. Para ver quantos crimes se cometeram à margem dessa exploração da *Light*.

E.M. - Dr. Barbosa, que lembrança o senhor tem de quando foi instaurada em 52, na Câmara, uma CPI sobre o racionamento, e do fato de que o Vargas em 53 teria sustado essa ação do racionamento? O senhor tem alguma lembrança dessa época?

B.S. - Não tenho informação. Porque, como eu digo, durante o curso da vida a gente tem fases em que se dedica inteiramente a um problema, aí depois é solicitado por outro problema a que precisa também se entregar de maneira total. E eu estava nessa fase... tinha deixado de ser deputado, eu estava integrado na Procuradoria da prefeitura e interessado em todos os problemas, e esse da *Light* foi um dos problemas, mas eu tinha uma atividade... Houve ocasião lá que eu acompanhava cem processos na Procuradoria. Aí, aliás, vem uma das minhas explicações para o Brasil. Eu comecei a negar que houvesse sinecuras, não há sinecuras no Brasil, o que há são sinecuristas. [risos] Eu raciocinava isso, se puser uma pessoa com consciência de trabalho e hábito de trabalho, no lugar em que pareça que não há realmente maior ocupação, ele descobre meio de

tornar aquilo numa fábrica de trabalho. Agora se se puser um sinecurista no lugar mais trabalhoso do Brasil, ele converte em sinecura.[risos] Isso não lhe parece que é uma teoria aplicável ao Brasil? [risos]

P.R. - O senhor exerceu a Procuradoria de 1951 a 58, não é?

B.S. - A 58.

P.R. - No período do governo do Getúlio, mas antes também o senhor já tinha sido procurador?

B.S. - Não. Não tinha sido procurador.

P.R. - Ah, não. Quer dizer naquele período de 37... Ah, bom, o senhor era deputado, depois o senhor foi para o IAA.

B.S. - Eu fui para o IAA até 45, quando...

P.R. - Quando se candidatou a deputado.

B.S. - Em 46 eu fui eleito deputado e fiz então o relatório. Eu tenho um relatório da atividade do Instituto que... também foi uma fase em que eu me envolvi e me deixei envolver pelos problemas da indústria açucareira. E o Estatuto da Lavoura Canavieira é um estatuto precursor. Porque, inclusive, nós criamos a justiça agrária, a primeira justiça agrária criada no Brasil foi no Estatuto da Lavoura Canavieira. Uma justiça agrária que consiste nisso: os dissídios entre os usineiros, fornecedores e plantadores de cana, são entregues a uma comissão formada de um representante de usineiros. Sistema trabalhista: um representante dos usineiros, um representante dos plantadores ou fornecedores de cana e um elemento do governo que dá opinião. Mas, sobretudo, o essencial aí é que a organização da prova é feita pelo próprio Instituto, porque a grande dificuldade para o pequeno produtor é que ele não tem recursos para organizar a prova, de modo que, quando vai ser julgado o pleito dele, sempre, o grande proprietário supera o pequeno proprietário, porque tem advogados à vontade, organiza uma prova excelente e consegue as decisões mais favoráveis em todos os tribunais. Como se está vendo nesta questão dos posseiros e tudo mais.

P.R. - É exato.

B.S. - Isso continua. Agora no Instituto nós modificamos, e embora houvesse recursos para a justiça comum, a prova era organizada de tal maneira, que as decisões dadas eram aceitas pelos dois lados, porque eles sabiam que se fossem para a justiça comum, a justiça comum corroborava a prova organizada pelo Instituto; e aí muitas dessas

decisões foram a favor dos pequenos proprietários. Aí fiquei envolvido por esses assuntos e não tendo tempo para cuidar de outras coisas.

P.R. - O senhor já falou em vários artigos a respeito do seu aprendizado nacionalista. O aprendizado nacionalista do senhor foi durante o tempo da Procuradoria, exatamente em função desse problema da energia elétrica?

B.S. - É. Antes eu já tinha tido um aprendizado; quando fui relator do processo que criava o Instituto de Resseguros. E eu fiz um trabalho longo, tenho talvez umas setenta, oitenta páginas daqueles anais da Câmara, quer dizer, uma verdadeira monografia, estudando o assunto e chegando até a conclusão favorável à nacionalização dos seguros. De modo que foi o meu primeiro trabalho. Agora, depois, envolvido nesses problemas do açúcar, eu me afastei um pouco, até que depois voltei a essa questão, já na Procuradoria, da presença da *Light*, dos pleitos que a *Light* apresentava. E então, aí, a minha convicção nacionalista se fortaleceu, porque eu não cheguei a entrar diretamente na questão do petróleo, eu acompanhei de longe a questão do petróleo, mas acompanhei de uma maneira que também não deixou de ser útil à campanha, porque em Pernambuco não se perseguiu ninguém, não se prendeu ninguém pelo fato de defender o monopólio do petróleo. E eu tinha, no governo do estado, dois secretários fazendo comícios a favor do monopólio do petróleo, que era o Miguel Arrais e o Barros Barreto. Luís Antônio Barros Barreto. [risos] De modo que isso era até uma prova de que o governo estava muito mais para lá do que para cá, não é? [risos]

P.R. - Nesse período da Procuradoria, o problema principal em que o senhor se envolveu, nesse caso de energia elétrica, foi aquele processo da reavaliação dos ativos, não foi? O processo principal no qual o senhor se envolveu em relação à *Light*, foi naquela fase da tentativa de reavaliação dos ativos, não foi?

B.S. - Não. Foi mais na questão da...

P.R. - Bens... devolução dos bens?

E.M. - Bens reversíveis.

B.S. - Na questão da reversibilidade.

P.R. - Ah... sim.

B.S. - Que eu chamei depois, até em artigo: "A cláusula maldita"; porque foi uma cláusula que nunca se aplicou. Figurava nos contratos e com uma circunstância curiosa: figurava nos contratos a pedido dos próprios concessionários. Eu fiz demonstração disso nesse parecer que apresentei ao Instituto: que fora a própria *Light*, nos contratos iniciais,



que propusera a reversibilidade como meio de conseguir a concessão. Agora, depois, apesar de tudo isso, na hora de se aplicar desaparece a cláusula; cláusula maldita, não é?

P.R. - Mas nesse período, também, não houve uma tentativa de reavaliação dos ativos?

B.S. - Houve uma tentativa, que foi objeto também de discussão na Câmara. Eu votei a favor de uma emenda do Sérgio Magalhães que se destinava exatamente a hostilizar essa reavaliação dos ativos nas próprias concessionárias. Quem chefiou essa campanha foi o Sérgio Magalhães, talvez fosse interessante também ouvir o Sérgio Magalhães nesse setor, porque ele teve uma atuação muito interessante. Está no programa de vocês ouvir o Sérgio ou não?

E.M. - A princípio não, mas a gente aceita a sugestão.

P.R. - Ele está previsto para o projeto da Petrobrás.

B.S. - Mas eu vou ver se descubro também esse estudo que eu fiz... Tenho a impressão que saiu publicado naquela revista *Civilização Brasileira*. Mas é tanta coisa que eu tenho escrito na... vida; só de álbuns de artigos, eu tenho vinte álbuns grandes de artigos.

E.M. - Dr. Barbosa, voltando um pouco à sua atuação enquanto procurador-geral do...

B.S. - Eu nunca fui procurador-geral, nem nunca aspirei a ser um procurador-geral. [risos] Porque o Procurador-geral é um elemento político do governo e exatamente com meu afastamento da vida política, eu não queria ser procurador-geral porque, de certa maneira, haveria uma responsabilidade política.

E.M. - Então o senhor enquanto procurador, o senhor se debateu sempre contra a *Light*, para que a *Light* pudesse inclusive fazer valer os deveres dela na concessão. Eu me lembro que o senhor fez menção, em algum artigo que o senhor redigiu, acerca do péssimo estado de conservação dos transportes no Rio, e que parece que a *Light* não queria fazer a conservação dos bondes elétricos. Como é que foi isso? O senhor lembra?

B.S. - Eu defendi também os bondes... porque achava que tinha oportunidade até de dar parecer, no tempo do Carlos Lacerda. Esse parecer está lá também na Procuradoria, não sei se eu tenho cópias em casa... Eu tenho, aliás, uns volumes de pareceres também dados na Procuradoria; o caso é que eu teria de folhear para saber. [risos]

E.M. - O senhor também faz menção e diz que a *Light* usava os recursos de tarifas para comprar bens de capital ou fazer investimentos e que o contrato de concessão não

admitia essa hipótese. O senhor poderia me explicar um pouquinho melhor como é que era isso?

B.S. - Isso... Eu não estou bem lembrado do fato não. Mas eu sempre me bati por esse aspecto porque, aliás, de acordo com as *public utilities* americanas, o capital tem que ser investigado diretamente para verificar o montante real dele, porque só é justo fixar a tarifa diante de um capital realmente apurado, não de um capital alegado, tem que ser um capital apurado pelo próprio poder concedente, porque através dele é que se vai fixar a tarifa correspondente. Isso nunca se fez... como não se fez inclusive nas indenizações, porque era um absurdo, depois, quando se faziam essas apurações do valor da concessão somava-se tudo: parafuso, tudo... O próprio João Goulart dizia: "Até o último parafuso". Quando não se tratava de nada disso não é? Tinha que se ver o que resultara propriamente de investimentos de capital da *Light*, porque era uma coisa você observar realmente o conjunto de propriedade da *Light* e verificar, depois, que investimentos ela teria realizado para a realização desse capital, desses investimentos. Aquilo não havia coincidência, muita coisa era comprada com a renda da própria companhia, quer dizer, muitas vezes com uma supertarifa; tanto que a natureza de supertarifas estava verificadas, porque ela não abandonava a remessa de dividendos. Quer dizer, remetia o dinheiro e ainda tinha saldos para fazer esses investimentos. Então, esses investimentos eram feitos pelo povo e não pela *Light*. Era a conclusão a que eu chegasse talvez, não é? Quer dizer, era uma supertarifa, não se justificava de maneira nenhuma, não havia base nenhuma para você conceder direito a uma tarifa para compensação do capital da *Light* e outra sobretarifa para ela fazer investimentos. Esses investimentos eram do povo e não da *Light*, não é verdade?

P.R. - Claro.

B.S. - Foi sempre a tese que eu defendi também na prefeitura, porque me parecia um absurdo que se tornou corrente... Quando eles faziam também a verificação dos bens da *Light*, eles somavam tudo sem levar em conta realmente essa origem: se resultara de investimentos novos ou se fora aplicação de um capital investido pela própria *Light*, capital novo que ela trouxera à concessão. Nunca se fez nenhum exame nesse sentido. Eu achava, aliás, que a fórmula mais real - você veja o que é o Brasil - para chegar ao domínio da desapropriação dela, não seria a indenização propriamente dos bens; seria a posse das ações compradas nas bolsas em que elas estivessem presentes. Mas o Carvalho Pinto tomou essa orientação em São Paulo com as estradas de ferro, e a Justiça de São Paulo pôs abaixo, e o Estado está pagando somas terríveis para cobrir esse capital teórico que nunca chegou a ser aplicado. Porque... uma das críticas que eu fazia era achar que as faculdades de direito têm um currículo falso, porque só ensinam regras jurídicas, não ensinam economia dos contratos. A parte de economia devia ser estendida exatamente aos cursos jurídicos para que eles, quando aprendessem as regras jurídicas, elas não estivessem longe também da análise da economia dos contratos, porque a economia dos contratos é que elucida muito mais, às vezes, do que propriamente uma regra jurídica aplicada a esmo sem uma base total na relação econômica.

E.M. - Dr. Barbosa, e a *Light* chegou a tomar conhecimento sobre o parecer técnico que o senhor elaborou?

B.S. - Eu creio que sim, porque ela deve ter contestado, isso, aliás, foi decidido em... Foi uma coisa meio misteriosa, porque essa questão dormiu não sei quantos meses, ou anos, não é? Numa Câmara do Tribunal de Relação, e não se decidia porque havia um juiz íntegro, que era um obstáculo exatamente às soluções que os dois outros já tinham concordado, não é? Então, eles fizeram uma manobra para que esse juiz íntegro fosse convidado para o Tribunal Eleitoral. Ele de fato passou a figurar no Tribunal Eleitoral, então eles completaram a comissão com um suplente qualquer e conseguiram ter unanimidade,... com o que eles invalidavam, depois, em recursos futuros ao próprio Supremo Tribunal. Essas coisas eram bem aplicadas. [risos] Agora, dois desses juizes que decidiram essa questão, também não tiveram nenhuma cerimônia, porque nesse mesmo ano foram fazer longas viagens ao estrangeiro.

E.M. - E isso vazou para a imprensa, dr. Barbosa?

B.S. - Não. Não vazou para a imprensa, nem eu gosto de citar o nome das pessoas, que até um deles até era meu amigo, mas eu não... É essas coisas que a gente lamenta, a fraqueza da humanidade. [risos] Essas manobras de bastidores, não é?

[FINAL DA FITA 1-B]

2ª Entrevista: 14.08.1987

E.M. - Eu gostaria de recomençar o nosso depoimento recolhendo impressões acerca de como foi o clima no momento da encampação da companhia AMFORP, no Rio Grande do Sul pelo governador Brizola.

B.S. - Eu tenho alguns artigos aí, até nos *Estudos Nacionalistas*, apoiando a ação do Brizola. No Rio Grande do Sul, aliás, há que se destacar uma figura que foi a mais importante de todo esse processo, foi Noé de Freitas. Noé de Freitas era um engenheiro, um homem de uma integridade total e que, à frente desse setor de eletricidade, projetou todo o aproveitamento que podia haver nos rios de lá do Rio Grande do Sul. E ficou realmente com uma função total neste domínio. Até houve um episódio com ele que... abriram um crédito para ele num desses bancos internacionais, mas ele estava obrigado a comprar o material todo lá nos Estados Unidos e, numa viagem que ele fez, encontrou em outros países uma diferença tão grande dos preços dos Estados Unidos para os preços pelos quais ele podia comprar aquele material, que ele abriu mão do crédito. [risos] A senhora vê como era um homem de uma integridade total. Outro qualquer teria concordado em utilizar-se dessa coisa e pedir comissão.

E.M. - Nessa época, na época da encampação, como é que reagiu a imprensa, quer dizer, como é que houve a divisão entre os nacionalistas e os defensores da *Light* e da AMFORP, como é que se dividiu a imprensa?

B.S. - Todo esse *orphéon* que há por aí para a defesa do capital estrangeiro, todo ele se mobilizou e atacou o Brizola, não tenha dúvida nenhuma. Tanto que eu tenho, ainda hoje, uma grande admiração pelo Brizola porque foi o único brasileiro que enfrentou realmente a ITT. Enfrentou, naquela ocasião, corajosamente, deliberadamente, a ITT que defendia as companhias americanas, e com um argumento interessante, porque ele achava que os lucros excessivos obtidos por essas companhias, além dos dividendos fixados no próprio contrato, eram lucros tão altos, tão grandes, que realmente não se tinha que indenizar coisa alguma a elas. Quando muito, se poderia até exigir que elas pagassem esse excesso de lucros. Esse foi um aspecto que nas concessões, nunca se observou rigorosamente, e pelas concessões elas tinham direito a uma determinada tarifa que cobrisse as despesas realizadas pela concessão. Agora, além dessas... elas não tinham direito a nada, mas elas recebiam importâncias muito maiores que isso, de modo que no exame de "escrita" feito aí no Rio Grande do Sul com técnicos os mais abalizados, os mais competentes... E aí até quem lhe podia ajudar muito era o Cibilis Viana. Cibilis Viana figurou também nesse processo, ou nesse inquérito. Eles verificaram que os lucros eram excessivos, que não tinham que indenizar, pagar coisa alguma, até podiam tomar conta da empresa sem nenhuma compensação. E o Brizola ficou à frente desse processo e encampou a responsabilidade do que seria um conflito internacional dado o prestígio da ITT.

P.R. - A empresa do Rio Grande do Sul, posteriormente, em 1964, fez parte daquele grupo que foi negociado com a AMFORP, não é isso?

B.S. - Com a AMFORP, é.

P.R. - Agora nesse período ela ficou *sub judice*? O processo ficou *sub judice*, dr. Barbosa? Porque parece que a companhia recorreu ao Poder Judiciário.

B.S. - Recorreu ao Poder Judiciário. Eu sei que recorreu ao Poder Judiciário. Agora não se bem das decisões dadas na ocasião. Mas o Cibilis Viana, que eu tenho a impressão que figurou entre os contabilistas que estudaram realmente a contabilidade dessas empresas, ele poderá dar um depoimento muito interessante.

P.R. - Ah, o senhor não sabe se da apreciação judiciária houve algum resultado?

B.S. - Não sei.

E.M. - O *Correio do Povo* fez uma denúncia na época, que em três estados a AMFORP havia tido lucros excessivos: o Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais. O

senhor enquanto governador de Pernambuco se lembra de alguma coisa em relação a isso?

B.S. - Não, porque nessa ocasião a coisa estava... parada, não é? E sem maior interesse porque já se estava fazendo as obras do São Francisco que iam resolver definitivamente. De modo que a nossa atuação era apenas administrar o fim do contrato. Ainda faltava, parece, algum tempo para o contrato se concluir, pleitear a reversão gratuita como estava no contrato e esperar que viesse o São Francisco para fornecer energia elétrica, porque já não adiantava a gente impedir, propriamente, as empresas elétricas brasileiras. Aliás, quando chegou o momento da reversão, eles conseguiram, com todos os casos que eu chamo de pró-reversão, uma cláusula maldita. Conhecia-se o período da reversão, por isso nenhuma delas venciam... revertia gratuitamente, todas elas eram pagas por um preço excessivo. Essa é a realidade do Brasil, fazia um contrato de reversibilidade para quê? Se, no momento em que deveria reverter, não revertia. O caso da *Light* aqui é expressivo, porque faltavam dez ou doze anos para uma reversão gratuita e foi nessa hora exatamente que eles compraram a *Light* para agradar aos Estados Unidos. Porque achavam que... nesse caso entra a política dos Estados Unidos em cena, pleiteando os interesses dos Estados Unidos, e reforça a ação do Gallotti e dos outros. E eles obtêm um pagamento para uma coisa que reverteria gratuitamente.

E. M. - Dr. Barbosa, o senhor, enquanto procurador da Prefeitura do Rio de Janeiro, se debateu muito contra os abusos do poder econômico da *Light*. O senhor se recorda de alguma vitória sua em relação à?...

B.S. - Não. Eu... eu não obtive nenhuma vitória nesses casos, apenas resultou do meu trabalho que fui pouco a pouco modificando a própria... tendência, a própria idéia, da consultoria da Procuradoria Geral. Porque a Procuradoria, até então, achava que a *Light* tinha razão e foi a partir da minha ação na Procuradoria, que então, depois disso, a *Light* passou a não ter tanta razão, como tinha anteriormente. De modo que... nessas coisas é que temos que pensar, na função do semeador. O semeador é útil também porque [risos], se ele não semear, não se consegue...

E.M. - É o mais importante.

B.S. - E eu tinha paciência o bastante para saber que estava enfrentando um poder acima das minhas forças, nunca tive esperanças exageradas nesse caso. Sabia que estava defendendo porque era o cumprimento de meu dever. Mas esperança vital eu não podia ter, porque eu sabia da engrenagem toda... Nesse caso, por exemplo, do recurso fundamental, tinha havido aquele episódio - não sei se contei a vocês - que quem deveria julgar isso era uma Câmara determinada que tinha três desembargadores, essa Câmara pôs uma pedra em cima do processo, porque um dos elementos era um homem inflexível, de uma probidade acima de todas as suspeitas. Então eles foram trabalhando indiretamente para substituí-lo, porque os outros dois já estavam falados e concordaram, não é? [risos] De modo que, quando conseguiram que esse juiz incorruptível fosse desviado para o Tribunal Eleitoral, com o afastamento dele para o Tribunal Eleitoral, abria-se uma vaga na Câmara, e chamava-se o interino para a Câmara. Este interino da

Câmara completava a unanimidade. A unanimidade para eles era importante porque havendo unanimidade aqui, não cabiam recursos ao Supremo Tribunal; a unanimidade fazia depender apenas de uma nova ação, sem êxito, porque o Tribunal, naturalmente, consideraria que não era o caso... que tinha havido unanimidade. É dessas coisas que... a justiça que também fecha o caminho.

P.R. - Dr. Barbosa, o senhor fala num dos artigos desse livro que na Câmara foi constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito, por iniciativa do deputado Coutinho Cavalcanti, que era do PTB de São Paulo, a fim de fazer uma investigação nos negócios da *Light*; e que essa CPI foi abafada pela UDN e pelo PSD, chegaram a tomar alguns depoimentos e depois a CPI se dissolveu assim automaticamente.

B.S. - Na verdade, a Comissão foi constituída e foi nomeado presidente um general que era lá do Paraná, não me lembro agora o nome dele.

P.R. - Humberto Molinaro?

B.S. - Não, não era... Era um outro general, não me lembro agora o nome dele.

P.R. - Iberê Bastos?

B.S. - Não. Sei que era um general do Exército. [risos] E o relator era o Bilac Pinto, que tinha escrito um livro notável sobre as comissões fiscalizadoras das concessões nos Estados Unidos - chamavam-se *public utilities* - e que depois desse livro nunca mais se meteu nesse assunto, deixou, desinteressou-se do assunto. E a Comissão tomou alguns depoimentos, depoimentos que não foram publicados no *Diário Oficial do Congresso*, e eu não sei se...

E.M. - Esses depoimentos não foram publicados?

B.S. - Eu devo ter alguns desses depoimentos. Mas meu arquivo anda tão desorganizado e tão abandonado, que não sei se teria facilidade de encontrar. Mas, se eu encontrar, eu ponho à disposição de vocês.

E.M. - Mas eles não foram publicados porque houve pressão?

B.S. - Eu não sei por que. Naturalmente é possível que a *Light* tivesse preferido que isso fosse clandestino, que quanto mais clandestino melhor para a *Light*. E o fato é que a força deles existia de fato... Eu nunca me iludi com o Gallotti e com o poder do Gallotti. E o Gallotti era apenas um representante desse conjunto todo nesse livro aí, ele também se refere às forças que amparavam a *Light* em todos os momentos. Era um poder... eu citei já o João Mangabeira, não é? O João Mangabeira dizia que os caminhos do poder

passavam pelos escritórios da *Light*. Isso era a coisa mais exata que podia haver. De modo que, vencer a *Light*... Ela dispunha até de presidente da República, como pôde dispor de Epiácio Pessoa. Tinha os maiores advogados do Brasil, enquanto que, do outro lado, os sujeitos ficavam numa atitude de heréticos, e podia-se até incorrer numa semana de São Bartolomeu. [risos] Eu sabia disso e no primeiro parecer que eu dei, por exemplo, o procurador-geral, que era o Oscar Saraiva, não aceitou. Eu já mostrava a questão da reversibilidade mutilada através dos bens imobiliários da *Light*.

E.M. - Mas ele não aceitou em que termos? Por que não foi aceito o parecer?

B.S. - Não foi aceito por que o... naturalmente que o procurador deve ter ouvido o prefeito, o prefeito deve ter ouvido o presidente da República... [risos]

E.M. - Está explicado. [risos]

B.S. - E todos eles concordaram que não convinha... A coisa passava sempre assim.

E.M. - Mas... dr. Barbosa, uma coisa chama a atenção: se fala muito contra a *Light* e se fala, na minha opinião e na opinião dos pesquisadores em geral, um pouco menos da AMFORP. Nesse sentido eu lhe pergunto: será que o relacionamento da AMFORP de com os governadores era melhor? Por que será que a AMFORP de certa forma foi um pouco menos atacada do que a *Light*? Seria só a razão de natureza puramente econômica?

B.S. - Não. Provavelmente, foi, também, porque a AMFORP tinha menor número de concessões. A *Light* era muito mais poderosa porque tinha o Rio de Janeiro e São Paulo, bastava essa constatação para verificar. Enquanto que a AMFORP se contentava em ter aqui os maiores advogados em sua defesa, que era o Eugênio Gudin. O Eugênio Gudin era presidente.

P.R. - Quem?

B.S. - Eugênio Gudin era o presidente das Empresas Elétricas Brasileiras, daí vêm até suas manifestações [risos], porque ainda agora eu o vi combater a construção da Siderúrgica Nacional, porque achava que o Brasil não devia ter atividade industrial, o Brasil devia produzir apenas alimentos para exportar, quer dizer, voltar à situação colonial que o Rui condenava, não é?

E.M. - O senhor também fala, nos *Estudos Nacionalistas*, que um dos maiores defensores da AMFORP, o Roberto Campos - enquanto todo o Brasil dizia que a AMFORP já havia tido lucros excessivos no Brasil - ele parece que defendia com veemência a compra da AMFORP num negócio bastante vantajoso, que o senhor diz

que foi da cifra de duzentos milhões de dólares. Quais seriam os argumentos do Roberto Campos? Como é que ele conseguia mostrar que ele estava certo e os outros estavam errados?

B.S. - Aí eles se tornavam nacionalistas. Era nacionalizar as empresas estrangeiras; [risos] e com isso eles pagavam um preço excessivo, tanto à AMFORP como às outras, como à própria *Light*, porque isso era uma das conclusões que eu cheguei: eles faziam um ótimo negócio na entrada e faziam um melhor negócio na saída. [risos] De qualquer modo, era um lucro permanente, não é? Porque já na hora de sair eles conseguiam preços fabulosos! O Sebastião Nery contou, na compra da *Light*, contou de uma expansão que o Antônio Gallotti já com algumas doses de uísque, teria feito lá. Falando em dezenas de milhões de dólares obtidos nessa última operação da *Light*. O Santiago... tem até um artigo publicado por ele, com essa revelação. Ele estava numa mesa de restaurante em que estava também o Antônio Gallotti, e ele ouviu as expansões do Antônio Gallotti. Era um negócio fabuloso! Nessas coisas é interessante, não é? É o caso de verificar o inventário do Antônio Gallotti. [risos]

Quando o Getúlio morreu, fizeram o inventário do Getúlio, e o juiz que presidiu esse inventário verificou que era um inventário modesto. Mas depois coube-lhe fazer o inventário de um dos maiores adversários do Getúlio e era um inventário fabulosos, de um homem que também tinha começado pobre.

P.R. - Quem era o adversário, dr. Barbosa?

B.S. - Esse eu não me lembro o nome dele. [risos]

P.R. - Dr. Barbosa, nós descobrimos aqui que em 1961, quando Jânio Quadros vetou alguns dos dispositivos do projeto original da Eletrobrás - parece que seis ou sete dispositivos - o senhor solicitou um requerimento de informações, a fim de que ele esclarecesse melhor as razões do veto; não houve isso? O senhor apresentou na Câmara um requerimento de informações pedindo ao Jânio que ele esclarecesse melhor as razões do veto dele?

B.S. - É, eu acho que... toda a imprensa formulou essa coisa. Porque "forças ocultas" é realmente uma coisa que precisa ser explicada. Ele, aliás, nunca disse quais foram essas forças ocultas. Eu tenho a impressão, aliás, de que não foram forças ocultas, foi um plano do próprio Jânio, plano preconcebido. Porque o Jânio Quadros é muito ardiloso, você sabe que maquina os planos mais fabulosos, mais esquisitos. Ele fez questão da candidatura do João Goulart; a chapa Jan-Jan foi uma chapa defendida tremendamente pelo Jânio Quadros, que não poupava uma atitude de absoluta indiferença pela presença do Milton Campos, que era o candidato a vice-presidência dele. Quem assistia aos comícios ficava espantado de ver como ele não dava importância ao Milton Campos, de modo que ele não tinha nenhum interesse pelo Milton não; ele tinha interesse pelo João Goulart. E Severino Arruda, que era deputado nessa ocasião, me contou que aderiu à candidatura do Jânio e foi pedir a propaganda que ele ia levar para o estado do Ceará, e pediu a propaganda do Milton Campos. O Jânio disse: "Não, você vai levar a



propaganda do Jan-Jan". De modo que interessava ao Jânio, porque ele já estava com o plano: afastava o João Goulart naquele momento, renunciaria numa ocasião que achasse oportuna e aí a classe militar ficaria diante desse problema: "Quem é que vai tomar posse?" Então eu achava que, com a ameaça de que a posse seria de João Goulart, a classe militar caminharia para a solução que ele oferecesse: a solução seria um regime ditatorial. Eu sempre acreditei nessa versão.

P.R. - Claro, porque se fosse o Milton Campos não haveria problema.

B.S. - Não haveria problema nenhum. Se fosse o Milton Campos, o Milton Campos assumia e não haveria problema nenhum. De modo que eu sempre acreditei nessa versão, também nunca acreditei que houvesse forças ocultas, porque as forças ocultas estavam dentro da cabeça do Jânio.

P.R. - Agora no projeto da Eletrobrás, o senhor apresentou o requerimento, não foi, dr. Barbosa? Sobre as razões do veto dele. Ele vetou parece que sete dispositivos da lei do projeto...

B.S. - Eu não me lembro...

P.R. - É aquele que se referia ao ingresso da Eletrobrás na fabricação de equipamentos elétricos.

B.S. - É porque a mensagem do Getúlio elaborada pelo Jesus Soares Pereira - é expressa nisso: ele queria não só a Eletrobrás, como queria também a indústria de todos os instrumentos, de todo equipamento de que a Eletrobrás iria precisar... Posso ter apresentado o requerimento, mas não tenho idéia precisa, de modo que eu não gostaria de afirmar.

E.M. - É, tenho certeza de que o senhor apresentou, mas acho que devemos passar para um segundo ponto, que acho que é relativamente extenso: é a questão da Frente Parlamentar Nacionalista. O que ela representou? Qual era o seu programa? Qual a visão da Frente sobre a questão da energia elétrica? Quem a integrava?

B.S. - A Frente Parlamentar Nacionalista tinha um programa essencial, que era defender todas as coisas em que houvesse interesse do Brasil. E havia uma corrente forte lá, com deputados muito bons, atuantes, e chegou a prestar serviços consideráveis, porque foi essa Frente Parlamentar Nacionalista que tornou vitoriosa a Lei de Remessa de Lucros. Na Lei de Remessa de Lucros houve um trabalho considerável de todos os deputados, que eram favoráveis a isso, junto a seus companheiros. Celso Brant, por exemplo, que ficava permanentemente lá em Brasília, foi um dos melhores na propaganda da defesa da Lei de Remessa de Lucros, como outros deputados também fizeram este trabalho de persuasão junto a cada elemento. Porque as lideranças partidárias foram contrárias.

E.M. - Em relação à energia elétrica, a Frente Nacionalista pedia a estatização explicitamente da *Light*, pedia a estatização da *Light* e da AMFORP?

B.S. - Não sei se chegaram a falar nessa questão. Mas na Lei de Remessa de Lucros, eles defenderam a redução realmente da remessa de lucros para o estrangeiro. Eu me recordo, naquela ocasião, de quando chegou o momento até de... finalmente justificar a Lei de Remessa de Lucros, eu, que representava um pequeno partido, fui até escolhido pelos partidos que compunham a Frente Nacionalista, para falar em nome, exatamente, dos defensores da Lei de Remessa de Lucros.<sup>4</sup> E eu tive oportunidade de perguntar àquele deputado do Rio Grande do Sul, que foi quem defendeu a Lei, quais eram os países que tinham prosperado apoiados no capital estrangeiro, que ele me apontasse algum... Porque dos países que se tinham desenvolvido, nenhum deles tinha se apoiado no capital estrangeiro. O capital estrangeiro oprime, como nós verificamos no Brasil, ele ajuda de tal maneira, que, no fim, nós não temos poupança para aplicar no desenvolvimento do Brasil, porque o pagamento da dívida absorve todas as poupanças que deviam ser empregadas no desenvolvimento do Brasil.

O Japão, aliás, foi um exemplo disso. Aliás, desses trabalhos e desses estudos resultou um livro que publiquei depois: *Japão, o capital se faz em casa*. Foi um livro que publiquei, em que estudei profundamente o desenvolvimento econômico do Japão. Tenho em casa ainda hoje, na minha biblioteca, mais de cem volumes [risos] sobre esse assunto. E no estudo do desenvolvimento econômico do Japão, eu encontrei o Japão resistindo ao capital estrangeiro e procurando desenvolver com recursos próprios a sua industrialização e até a sua agricultura. Não há desenvolvimento maior no mundo que o do Japão. Nenhum país conseguiu superar o desenvolvimento do Japão, dentro do prazo em que ele realizou; porque os Estados Unidos vinham, afinal de contas, desde que eles se tornaram nação independente, vinham trabalhando no sentido do desenvolvimento do país, desde Alexandre Hamilton, não é? Já no fim do século XVIII... Ao passo que o Japão não, o Japão praticamente começou o desenvolvimento em 1860 com a chegada dos navios americanos, que foram impor um tratado de comércio ao Japão. Agora, o Japão tinha diante de si o exemplo da China. A China amarrada ao capital estrangeiro e humilhada de tal maneira, e tão dependente do capital estrangeiro, que chegava à situação de os estrangeiros terem lá uma sociedade reservada realmente aos estrangeiros, em que eles punham lá na porta um anúncio: estava proibida a entrada ali aos cachorros e aos chineses. Isso na China. O Japão evitou isso, mas evitou desta maneira: a quantidade de capital estrangeiro foi muito limitada, muito restrita; enquanto que a taxa de poupança deles foi a maior taxa de poupança já conseguida no financiamento de um programa de desenvolvimento econômico. Esta é a orientação que o Brasil infelizmente não toma. Agora para isso eu escrevi esse livro, que foi editado pelo Gasparian na Paz e Terra, está esgotadíssimo. [risos] Mas é a demonstração de que eu tenho sido um lutador em muitas frentes.

E.M. – Nós temos certeza! [risos]

---

<sup>4</sup> Na ocasião a que o depoente se refere, discutia-se na Câmara a Lei de Remessa de Lucros. A Frente Parlamentar Nacionalista defendia uma maior restrição na remessa de dividendos efetuada pelas empresas estrangeiras, enquanto que os partidos conservadores sustentavam um posição de uma liberação mais ampla, sob a justificativa de atrair mais investimentos do exterior.

B.S. – Agora, o outro efeito dessa Frente Parlamentar Nacionalista foi fornecer à revolução vitoriosa em 64 os nomes para a cassação sistemática dos deputados. [risos] E o Plínio sabe bem disso, não é?

P.R. – Sei. [risos]

[FINAL DA FITA 2-A]

E.M. – Dr. Barbosa, mesmo saindo um pouquinho da nossa cronologia, eu gostaria de antecipar uma pergunta, porque estou com medo de esquecer. O senhor disse que agora está de novo se erguendo uma Frente Nacionalista. Se tivéssemos que comparar as duas, qual a perspectiva dessa nova, face à situação da antiga.

B.S. – Não sei. É possível que... não seja tão atuante quanto a outra, porque está realmente intimidada com as conseqüências da outra. Mas, tem elementos capazes, atuantes, a começar pelo presidente, o Hélio Duque, Osvaldo Lima Filho e muitos outros, Cristina Tavares lá de Pernambuco. Tem uma quantidade de elementos dos mais atuantes lá, defendendo as causas nacionalistas. De modo que, pouco a pouco, a corrente vai se avolumando e vai chegar a tal ponto, que vai, talvez, provocar uma mobilização das forças contrárias para um novo pronunciamento.

E.M. - A antiga Frente Parlamentar Nacionalista tinha também uma representação da UDN?

B.S. - Tinha representantes, tinha Rafael Correia de Oliveira, por exemplo, que no *Diário de Notícias* aqui, os artigos dele eram artigos magistras, com um vigor extraordinário, ele era um grande panfletário. E tinha outros, também, da UDN, tanto que o próprio Bilac Pinto apresentou um dos substitutivos para a constituição do monopólio estatal do petróleo. Verdade que não foi o primeiro substitutivo. O projeto do Getúlio não chegava propriamente ao monopólio estatal, ele admitia o concurso do capital privado, mas o Eusébio Rocha, que era do PTB, apresentou um substitutivo exatamente para a constituição do monopólio estatal do petróleo. E a campanha tinha conquistado tanta gente em todo o Brasil, que a UDN também, à procura de popularidade, apresentou um substitutivo, mas depois do substitutivo do Eusébio Rocha. Na verdade, o substitutivo do Eusébio Rocha não só é anterior, como há uma circunstância que ele poderá confirmar. Ele apresentou o substitutivo depois de consultar o Getúlio Vargas, dizendo que ia apresentar o substitutivo, e Getúlio Vargas concordou com ele, o que me dá a idéia de que houve, por parte do Getúlio, uma manobra sutil, que ele não apresentou o monopólio estatal exatamente para que...

P.R. - De udenistas na Frente Parlamentar, além do Rafael, tinha o Gabriel Passos, o Seixas Dória...

B.S. - O Gabriel Passos... o Seixas Dória...

P.R. - José Sarney, tinha um lá de Pernambuco da UDN, que eu não me lembro agora, era até um pouco ligado ao Cleofas...

B.S. - Osaldo Lima, não? O próprio Agamenon tinha tendências nacionalistas.

P.R. - Ah, sim. Mas eu digo da UDN pernambucana. O Magalhães Melo, não?

B.S. - O Magalhães Melo ainda não era deputado nesse tempo. O Magalhães Melo era também nacionalista, mas ele vinha das origens do PSD. O Gabriel Passos foi um elemento extraordinário até na propaganda do nacionalismo. Eu tive a oportunidade de fazer com ele um viagem a um município de São Paulo, São João...

P.R. - Da Boa Vista.

B.S. - Da Boa Vista, que fica lá perto de Poços de Caldas, naquela região, que tinha à frente um prefeito que era muito nacionalista. Porque a campanha nacionalista naquela vez se estendeu muito, graças ao jornal do Osvaldo Costa, porque o *Semanário* abria espaço. Onde se constituía um centro nacionalista em qualquer município, o *Semanário* registrava, e a pessoa, com o desejo de ver seu nome também no jornal, tomava a frente do movimento nacionalista por todo o Brasil. Já a campanha do "Petróleo é nosso" também já tinha tido uma grande expansão nesse momento, de modo que com o *Semanário* se completou. O *Semanário* começou exatamente pouco depois da campanha do "Petróleo é nosso".

P.R. - Com relação ao problema da energia elétrica especificamente, quem tratava muito do assunto dos integrantes da Frente era o Dagoberto Sales, que era muito especialista no assunto e tal, não é?

B.S. - É.

P.R. - E a tônica dos discursos dele em geral, era no sentido de apressamento da votação do projeto da Eletrobrás, que estava na Câmara desde 1954, não é isso? Em geral a tônica da Frente era nesse sentido, não é? Era de aprovação do projeto que o Getúlio tinha enviado em 54, não é?

B.S. - É... que o projeto foi enviado em 54, mas só se ultimou em 61... É aquela coisa que eu creio que já falei aqui. Pelo desejo de deixar que rendesse o imposto criado sobre o consumo de energia elétrica. Porque constituído esse fundo financeiro, as empresas estrangeiras tinha o propósito de ver se esses recursos podiam ser aplicados através delas.

P.R. - Pois é, dr. Barbosa, isso é um problema...

B.S. - Foi aquela Semana de Energia Elétrica.

P.R. - Esse problema é realmente muito sério, porque o Fundo Federal de Eletrificação foi criado um pouco antes da Eletrobrás e entrou em vigor logo depois da morte do Getúlio, mas já tinha sido aprovado e...

B.S. - Foram aprovados... As mensagens chegaram ao mesmo tempo na Câmara. A mensagem da criação do Fundo e a mensagem da Eletrobrás...

P.R. - Chegaram juntas à Câmara. Agora, durante esse período de sete anos em que a Eletrobrás ficou congelada na Câmara, esse fundo passou a ser administrado pelo BNDE, e o que o BNDE fez com esse dinheiro durante esses sete anos?

B.S. - Não sei.

P.R. - Porque segundo o dr. Válder Tolentino Álvares, que foi um dos primeiros diretores da Eletrobrás, falando conosco lá em Belo Horizonte, no primeiro mês de funcionamento da Eletrobrás, no primeiro mês, ela não tinha dinheiro para pagar funcionário. E eles iam cobrar do BNDE e o BNDE dava sempre uma desculpa. Quer dizer, o dinheiro do Fundo ficou gerido pelo BNDE durante sete anos, de 54 a 61... E o que se presume é que esse dinheiro tenha sido repassado para as companhias estaduais, para companhias municipais e também para companhias estrangeiras.

B.S. - É possível. Daí a Semana da Energia Elétrica. Eu ignorava esse aspecto, eu não tinha prestado atenção a isso, pensei que os fundos estava se acumulando à aplicação da Eletrobrás.

P.R. - Ah, não. Enquanto a Eletrobrás estava congelada, o Fundo estava sendo cobrado nas contas de luz, não é? [risos]

B.S. - Mas eu agradeço a informação. [risos] Vou pensar um pouco mais nisso. Você diz que a Eletrobrás não tinha recursos para se instalar, não é?

P.R. - Não. No primeiro mês não tinha dinheiro para pagar o funcionalismo.

B.S. – É... Ministérios do Brasil, não é? [risos]

E.M. - Dr. Barbosa, em relação à Segunda Semana de Debates do Clube de Engenharia em São Paulo - o senhor disse que tinha o volume e nós fomos pesquisar, fomos ler - , na realidade poderíamos chegar à conclusão de que a Semana serviu para dizer que o projeto da Eletrobrás deveria ficar definitivamente engavetado, o senhor concorda com essa opinião?

B.S. - Eu concordo. Eu acho que a semana se destinou a isso, a fazer com que o projeto fosse arquivado, porque isso ia favorecer as empresas estrangeiras e elas queriam montar, aqui no Brasil, um regime permanente. Porque a Eletrobrás teve exatamente essa finalidade de fazer com que as empresas estrangeiras chegassem ao fim e se retirassem.

Como você vê também que como Código de Telecomunicações também acabamos com a Companhia Telefônica. [risos] Eles lucraram muito. É a tal coisa, a saída deles sempre é lucrativa: mas, de qualquer forma, se afastaram, e o Brasil, pôde realmente construir um sistema telefônico hoje, que não pode sofrer paralelo com o que existia anteriormente. Aí, no Código de Telecomunicações, eu também tive a minha parcela. Nós constituímos uma comissão, que era o Fernando Santana, Nicolau Tuma, lá de São Paulo, e eu. E convencemos o Amauri Kruehl de que nosso projeto era o projeto que devia ser aprovado e conseguimos realmente. Ele mandou retirar uma informação que já ia ser mandada para o Senado, dando um parecer em sentido diferente, de modo que foi um... Nós levamos três horas discutindo com ele.

E.M. - Dr. Barbosa, voltando um pouquinho à Semana, nos anais da Semana fica claro que pessoas ligadas à CEMIG, John Cotrin, o próprio Mauro Thibau, que foi depois ministro, todos eles defendiam a CEMIG, mas iam de encontro à Eletrobrás. Como é que era isso?

B.S. - Não se compreende, era uma atitude contraditória, porque já estava provada a excelência da presença do setor público nessas empresas, como estava provada também em São Francisco; e como ainda se admitia que o que se queria com a Semana era mudar, restaurar ou fazer reviver as presenças estrangeiras que já estavam no fim...

E.M. - Quer dizer que a CEMIG podia; a Eletrobrás não?

B.S. - É. Esses elementos todos tinham combatido inclusive o próprio Marcondes Ferraz, que tinha trabalhado muito em Paulo Afonso, foi um dos elementos dessa Semana... Tanto que quando ele foi nomeado - não sei se está aí nesses *Estudos* - mas eu escrevi no *Jornal do Brasil* recordando o caso dos Estados Unidos, em que naquela empresa do Tennessee, na lei respectiva, eles proibiam que fosse nomeado presidente da empresa quem não tivesse sido a favor da campanha. Eu recordava isso e seu

Marcondes Ferraz não poderia ser o presidente, mas foi, e essas coisas aqui no Brasil... também as convenções são fáceis.

P.R. - São duas coisas realmente impressionantes: porque o Lucas Lopes foi o criador da CEMIG e depois passou a ser contra toda interferência do Estado no campo da energia elétrica? O Marcondes Ferraz foi o construtor da Paulo Afonso e também tinha a mesma posição do Lucas Lopes.

B.S. - É, mas... o Lucas Lopes, inclusive, concordou com aquele projeto que ele mandou para o Conselho das Águas e Energia, com a decisão para ser adotada pelo Conselho da Águas e Energia; e o Pio Borges, que era nesse tempo diretor do departamento, se recusou porque disse: "Esse projeto não devia vir pelo Ministério da Fazenda, devia vir pelo Ministério da Agricultura". Isso consta nesses depoimentos dados na Comissão da *Light*. Eu vou ver se encontro esse material para ajudar vocês. [risos] Porque eu acho que essas coisas todas são úteis de se documentar.

E.M. - Acho importante recuperar essa memória, até do ponto de vista de reconstituirmos a história no plano até dos argumentos, porque nos anais da Semana figura que, naquela época - na década de 50, no próprio relatório da Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, muito tempo antes da Semana - , o Brasil não tinha disponibilidade de tecnologia e não tinha disponibilidade de pessoal. Então um dos argumentos que foram utilizados na própria Semana é que o Brasil não tinha engenheiros em número suficiente para promover o desenvolvimento do setor elétrico no Brasil. Como é que os nacionalista se defrontavam com esses argumentos? Como é que eles respondiam?

B.S. - Bom, nesse meu livro sobre o Japão, eu mostrava exatamente isso. Porque é a tal coisa: só se consegue técnica na ação, é aquela coisa do Dewey, "aprender fazendo", não é verdade? Aprender fazendo. Não se faz, não se tem. Agora na Petrobrás, quando começou a funcionar, quantos engenheiros, quantos geólogos havia? Hoje tem mais de seiscentos geólogos na Petrobrás. Para ver como de fato só em cidades que se vão criando os especialistas e esses vão aprimorando na prática... Agora, também no caso da informática: "Ah, por que não temos técnicos? Vamos ficar atrasados". Atrasados como? Qualquer empresa estrangeira que tenha descoberto uma nova tecnologia se apressa em vender a tecnologia. Pode-se comprar tecnologia, e a tecnologia vai se desenvolvendo através dos próprios elementos que estão dentro daquele setor, até o ponto de o Brasil se tornar realmente um criador de tecnologia, como tem demonstrado em todos os setores em que tem agido. Agora, se nós não temos coragem realmente de enfrentar essa situação, aí nunca teremos. É a tal coisa, aí nunca se cria técnicos. Você não acha também?

P.R. - Acho. Essa é a particularidade que distingue o problema de energia elétrica do problema do petróleo. Porque no caso, por exemplo, da energia elétrica, o senhor verifica o seguinte: os quadros técnicos que depois vieram ocupar posições de relevo na administração da política brasileira de energia elétrica, eram todos eles vinculados ou à *Light* ou à AMFORP, eram formados por elas. Então o senhor verifica que mesmo no

caso de Furnas, por exemplo, que era uma empresa estatal, quem é que mandava lá dentro? Era John Cotrim, era Benedito Dutra, não sei mais quem; na hora de fazer a CHESF, quem é que vai ser procurado? Otávio Marcondes Ferraz. Quer dizer, então havia um domínio dentro da política de energia elétrica do Brasil, um domínio de uma elite técnica formada pelas companhias estrangeiras que atuavam aqui. Na Petrobrás deu-se exatamente o contrário: logo que se instalou, ela formou os seus técnicos dentro do espírito monopolista de empresa. O senhor agora, por exemplo, que tem lidado com o problema do relançamento da campanha do petróleo e tem tido contato com o pessoal técnico inteiramente distinto daqueles quadros humanos primitivos da área da energia elétrica.

B.S. - Elementos competentes, dispostos a autonomia. Mas é isto, é a tal coisa: quem conseguiu desenvolver mais tecnologia que o Japão? Como? Quando era pouco mais que uma praia de pescadores, quando começou seu programa de desenvolvimento econômico. Agora, como mandou técnicos para toda parte. Isto é uma coisa, também, que é indispensável. Ninguém está hoje mais dentro desse problema do que o ministro da Ciência e Tecnologia, o Renato Archer, o programa dele é mandar o maior número possível de pessoas para fora, para trabalhar nessas fábricas, porque admitem isso, não fecham as portas a essa aprendizagem, desde que possa acarretar também alguma vantagem. E foi assim que o Japão fez, mandou uma quantidade enorme de pessoas para trabalhar fora: e quando não conseguia realmente mandar essas pessoas, comprava as máquinas e importava as pessoas, que viessem montar as máquinas e ajudar a fazer.

A coisa que mais me surpreende, aliás, nisso é o caso da União Soviética, , porque você sabe que a União Soviética, logo depois da vitória, precisava tremendamente de tratores, mas não tinha fábrica de tratores, tinha uma que apenas trabalhando muito, podia fazer dois ou três tratores por ano, mas eles montaram uma fábrica de tratores. Tinham um trator antigo, eles desmontaram, estudaram tudo aquilo e hoje os tratores fabricados pela União Soviética são desejados nos países que tinham à sua disposição os tratores americanos... Para ver que pensar que é uma barreira... não é um barreira; só é uma barreira para os covardes, para quem quer encarar o problema, quer resolvê-lo, não há barreira nenhuma. Agora, precisa confiar no país, o que não existe, você pega o Roberto Campos. O Roberto Campos é um que vive a pregar exatamente a incapacidade do Brasil para tudo, não é isso?

P.R. - E os argumentos do Roberto Campos são os mesmos desde aquela época.

B.S. - São os mesmos desde aquela época.

P.R. - Mas ele é obstinado.

B.S. - É obstinado.

P.R. - Não tem um ponto que faça uma concessão.



B.S. - É, não faz mão. Ele é inimigo de todos (risos). Por isso é que no debate em São Paulo com o general Andrade Serpa... o General Andrade Serpa é hoje um nacionalista convicto e com uma sinceridade total. O Roberto Campos já ali, quer dar um aparte, ele diz: "O senhor não pode dar aparte, que o senhor está a serviço do estrangeiro". [risos] Diz assim na cara dele, e ele cala, ele não reage, não. Na Câmara agora, recentemente, ele falou: "Mas sou um patriota". Não sei se a Cristina Tavares disse: "Americano". [risos] Também é isto: ele se expõe a essas coisas, não tem o que dizer!

E.M. - Dr. Barbosa, eu gostaria também de saber alguma coisa em relação à constituição de um empresa financeira da *Light*, a empresa Brascan Expansão Investimentos, que foi criada em 56. Como é que foi isso? A *Light* saiu da energia e foi para...

B.S. - Isso foi adotar o nacionalismo do Roberto Campos. Porque, no meu entender, se devia comprar tudo e mandar embora, mas eles puseram lá uma cláusula para justificar aquilo, dizendo que parte daquele dinheiro ficaria no Brasil sob a organização da Brascan. A Brascan é continuação da *Light*, não tem nenhuma outra justificação. Porque é a tal coisa: uma empresa para construir lucros que vão para fora; quando nós precisamos de empresas que consigam lucros dentro do país, que se apliquem dentro do país. O capital nacional é uma acumulação de lucros, mas de lucros obtidos por capitais brasileiros, porque o lucro obtido por um capital estrangeiro é conversão de capital fora do Brasil. Eles não querem se convencer disso, e é evidente, não é?

E.M. - É, porque inclusive me parece que os lucros da Brascan, depois de 56, quando ela foi constituída, suplantaram em muito os lucros das empresas produtoras/geradoras de energia elétrica, e mesmo na distribuição. A área de eletricidade ficou, em termos de rentabilidade, com uma rentabilidade inferior à rentabilidade dos negócios financeiros da *Light*.

B.S. - Este era um ponto que eu cheguei a me referir: a rentabilidade da *Light* estava limitada, no próprio contrato, a 8 ou 9%; a Brascan é ilimitada. E eu assinalava um outro aspecto: nós estamos trocando a tecnologia da eletricidade pela tecnologia da fabricação de goiabada. [risos] Quando eles compraram a fábrica Peixe [risos], não é verdade? Esse aspecto da tecnologia da goiabada está na parte final daquele meu prefácio do livro do Catulo Branco.

P.R. - Ah, sei.

B.S. - Aliás, saiu um erro ali de revisão. Eu dizia que eles pensavam que o Brasil seria um conjunto de anjos, de querubins; onde eu dizia querubins, saiu quindins. [risos]

E.M. - O senhor acha que se fizessem uma avaliação em termos de balanço... os maiores abusos da *Light* foram cometidos, então, com a *Light* atuando na área de financeira. O senhor consideraria assim?

B.S. - Não. Eles tinham um campo livre. Há um caso - aliás, acho que num artigo do Eduardo Guinle se fala nisso -, eles quiseram favorecer um dos diretores que tinha dado grandes benefícios lá aos acionistas, então criaram uma quantidade de ações ao par, porque as leis americanas admitiam isto - a criação de ações de valor ao par sem o mínimo investimento de capital. Podia-se pagar em ações, tanto que eles, muitas vezes, compram - e admitem isso -, não pagam em dinheiro, pagam em ações, mas ações que não representam nenhum ingresso de capital evidentemente; são ações gratuitas. Eles deram aqui, não sei se ao Mc Kinley um dos diretores deles que tinha uma grande criação de cavalos e tinha uma propriedade muito boa lá em Teresópolis eles deram uma quantidade grande de ações. Esse depoimento, aliás, do Eduardo Guinle é indispensável e eu indiquei já a fonte onde vão encontrar o depoimento, é naquele livro *Abusos do poder econômico*.

E.M. - Da *Revista de Direito*, não é? Da Procuradoria do estado?

B.S. - Saiu como um volume da revista, mas é *Abusos do poder econômico*, saiu como um volume separado. E lá, na Procuradoria, vocês encontram inclusive esse artigo do Eduardo Guinle. É um artigo importante, porque exatamente eles tinham criado, montado uma usina aqui, Piabanha, por aí, para fornecer energia no Rio de Janeiro e não puderam fazer. Como depois, na usina do Salto. (Eu até tinha no livro, está junto do livro, um artigo que publiquei na *Revista Civilização Brasileira*, eu já tirei para dar a vocês, mas não encontrei no momento ali. Vou fazer um esforço ainda, para ver se acho.) O Sousa Costa se opôs à criação da usina do Salto, porque representava cento e tantos mil contos, e ele achava que isso era uma quantia exagerada. Mas com a passagem, com pouco tempo e com as despesas... Contratara, então, o fornecimento de energia pela *Light*. Em pouco tempo o total das somas pagas à *Light* correspondia ao valor da construção da usina do Salto, que eles tinham vetado... Aí eu acho que o papel do Sousa Costa é muito suspeito nesse caso.

P.R. - Dr. Barbosa, durante a Segunda Guerra Mundial, houve um desenvolvimento industrial no Brasil muito grande, principalmente aqui no eixo Rio-São Paulo. Terminada a guerra, começaram a aparecer os sintomas de racionamento de energia elétrica, começaram a se agravar a partir de 1946, 47, principalmente aqui nesta região. O senhor calcula, por exemplo, que essa relutância da *Light* em aumentar as suas linhas de transmissão, em aumentar a sua capacidade de geração tinha também uma finalidade política de travar o desenvolvimento industrial da região?

B.S. - Não... Eu falei ali que era suspeita a ação do Artur de Sousa Costa... não diria suspeita, mas é um caso para investigar, não se compreenderia essa hostilidade tão grande à criação da usina do Salto. Mas qual era a técnica da *Light*? Era exatamente desenvolver a necessidade daquela coisa, porque, aí, aquilo era um lubrificante para ela tornar vitoriosas as suas aspirações. Isto é assim sistematicamente: no telefone, na energia elétrica...

E.M. - No gás.

B.S. - Nos bondes. Sistemáticamente você observa essa atuação, que é natural nas empresas estrangeiras; enquanto que uma empresa nacional... Ela pode e deseja antecipar os problemas na hora em que eles não existam, numa empresa dependente do capital privado eles procuram fazer exatamente que a necessidade seja do racionamento ou da privação, que seja o argumento com que eles tornem vitoriosas as suas aspirações. Técnica capitalista, perfeitamente compreensível.

[FINAL DO DEPOIMENTO]